

PREGÃO ELETRÔNICO 90.005/2026

SRP

CONTRATANTE (UASG)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM
Campus Manaus Zona Leste (158444)

OBJETO

Aquisição de equipamentos e materiais para atender os Laboratórios Educativos de Produção Animal, Vegetal e Agroindustrial e do Centro de Referência em Agroecologia, localizado no IFAM - Campus Manaus Zona Leste

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ Sigiloso

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Conforme publicação no PNCP

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i>	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO	13
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	16
10. DO TERMO DE CONTRATO	18
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	19
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	19
13. DOS RECURSOS	20
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	21
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.005/2026 SRP
(Processo Administrativo nº 23857.000196/2025-23)

Torna-se público que INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ CAMPUS MANAUS ZONA LESTE, por meio do(a) Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 249-GDG/CMZL/IFAM de 10/06/2024, sediado(a) Avenida Cosme Ferreira, nº 8.045, Bairro Gilberto Mestrinho, na cidade de Manaus/AM, CEP. 69.086-475, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de equipamentos e materiais para atender os laboratórios educativos de produção animal, vegetal e agroindustrial e do centro de referência em agroecologia, localizada no IFAM – Campus Manaus Zona Leste, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade

promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para todos os itens, exceto os itens 22 e 35, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.9.11 sociedades cooperativas;

3.9.12 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.13 pessoas físicas.

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

4.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

4.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de

habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item;

6.1.2 marca;

6.1.3 fabricante;

6.1.4 Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo, conforme TR.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de ...
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da

Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2 empresas brasileiras;

7.24.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1 conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.12.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15 %, SALVO SE HOUVER JUSTIFICATIVA NOS AUTOS PARA SUPRIMIR ESSE ACRÉSCIMO] para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outros meios legais que a Administração admitir.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, no prazo mínimo de até duas horas, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de [3] dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de [3] dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até [3] dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de [3] dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CadIn e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www2.ifam.edu.br/campus/cmzl/acesso-a-informacao/licitacoes-contratos>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o

recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: cpl.cmzl@ifam.edu.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://cmzl.ifam.edu.br/acesso-a-informa%C3%A7%C3%A3o/licita%C3%A7%C3%B5es-e-contratos/licita%C3%A7%C3%B5es-e-contratos-2026/>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2 Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.3 Anexo III –Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

Manaus, 25 de maio de 2026.

DAVID WASHINGTON FREITAS LIMA
Diretor Geral
Portaria Nº 1.113/GR/IFAM, de 22 de junho de 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE
End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

TERMO DE REFERÊNCIA
Sistema de Registro de Preços

(Processo Administrativo nº 23857.000196/2025-23)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

6.16.6 Aquisição de equipamentos e materiais para atender os Laboratórios Educativos de Produção Animal, Vegetal e Agroindustrial e do Centro de Referência em Agroecologia, localizado no IFAM - Campus Manaus Zona Leste, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Balança Precisão Capacidade Máxima: 4.200 G, Resolução: 0,01 G, Tipo Pannel: Visor De Lcd com Retro-Illuminação, Características Adicionais: Semi-Analítica, Prato: 170 X180 Mm	439723	UNIDADE	1
2	Banho maria ajuste: ajuste digital com painel de controle, volume: cerca de 15 l, componentes: com tampa cônica, temperatura: até 150 °c, adicional: com agitação de água	414528	UNIDADE	1
3	Moinho de Café, Pimenta E Semelhantes Material: Aço Inox, Tipo: Elétrico, Alimentação: 220 V, Acessórios: Discos De Corte, Referência Fabricante: Manupa, Leogap, Carmomaq, Características Adicionais: Para Café Gourmet, 9 Graus De Granulometria	603238	UNIDADE	1
4	Moinho Material Gabinete: Aço, Material Tampa: Ferro Fundido E Aço Inox Aisi 304, Tipo: Faca, Componentes: 4 Facas Móveis E 4 Fixas, Voltagem: 220 V, Potência: 750 W, Potência Motor: 1 CV, Rotação: 1.700 RPM, Características Adicionais: Sistema De Segurança	477114	UNIDADE	1
5	Moedor De Carne Industrial Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Bandeja: Aço Inoxidável, Características Adicionais: 220 Volts, Boca 22, Capacidade Moagem: 300 KG/H, Potência Motor: 1,25 H	451437	UNIDADE	1
6	Torrador Aplicação: Café, Tipo: Elétrico, Alimentação: 220 V, Capacidade De Torração: 10 K	601977	UNIDADE	1
7	Refrigerador Doméstico Capacidade: 300 L, Voltagem: 110 V, Características Adicionais: Frost Free, Controle Temperatura, Gaveta Transparente, Capacidade Congelador: 47 L, Cor: Branca, Tipo: Vertical / O1 Porta	399567	UNIDADE	3

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

8	Freezer Tipo: Horizontal, Capacidade: 477 L, Quantidade Tampas: 2 UN, Cor: Branca, Tensão Alimentação: 110	439310	UNIDADE	2
9	Paquímetro Digital Material: Aço Inoxidável Temperado Alta Resistência, Resolução: 0,01 MM, Alimentação: Bateria V, Capacidade: 300 MM, Características Adicionais: Função Bateria Baixa Carga, Funções: Conversão De Unidades De Medida Mm/Pol	602052	UNIDADE	2
10	Tosquiadeira para corte de pelos de Ovelhas, máquina para carneiro Ovino Dorper, elétrica 110v, potência mínima de 850 W, com lâmina de 13 dentes, incluindo chave de fenda, escovas de carvão e escovas de limpeza. Referência: marca Entemah.	474829	UNIDADE	1
11	Cocho comedouro/bebedouro de plástico para animais como bovinos, capacidade de 125 Lts, com polietileno de media densidade. Com proteção UV, produto para ser expostos ao sol e ao tempo sem risco de rachaduras ou contaminação dos alimentos dos animais. Com capacidade de 125 litros e pesando apenas 6 kg. Comprimento: 129 cm (1290 mm); Largura: 68 cm (680 mm); Altura: 26 cm (260 mm), na cor preta ou azul. Referência: marca IW8.	349239	UNIDADE	4
12	Dobradiça tipo ferradura para porteira 138mm, Nº 0, Aço Carbono, com comprimento de 138 mm e largura de 65 mm. Peso máximo suportado: 100 kg; cor azul. Kit com 01 par. Referência: marca Tarza ou Bufalo	213477	UNIDADE	20
13	Dobradiça tipo ferradura para porteira, com diâmetro do copo de 108mm, Nº 3, Aço Carbono, com comprimento de 26 cm, largura de 10 cm, espessura 1,7 mm. Peso máximo suportado: 400 kg; cor azul. Kit com 01 par. Referência: marca Tarza ou Bufalo	213471	UNIDADE	20
14	Piso em borracha moeda, piso proteção pvc vinílico, emborrachado, sintético, reciclado, reciclável, puro, com comprimento de 10 m, largura 100 cm, espessura de 3 mm, fornecido em rolo. Referência: superior ou equivalente a marca São Miguel Borrachas	602274	UNIDADE	5
15	Aplicador Veterinário Oral Fluxo Contínuo, com dosagem de 1 a 15ml, ponteira de 10 cm em metal, com mangueira, borracha suplementar, rosca para acoplar frasco e mangueira. Equipamento em policarbonato, muito resistente. Referência: marca Simcro	466536	UNIDADE	2
16	Máquina destinada a ensacar e compactar silagem a gasolina, para ser usada em silagem verde ou curtida, com máquina a gasolina pura, sem óleo 2 tempos,	613996	UNIDADE	1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

	capacidade de produzir até 180 sacos hora, produção de até 8 toneladas por hora, com regulagem de peso compactação para sacos de 20 a 40 kg de 200 micras, retangulares com dimensão de 51x110cm. A máquina deve obedecer às normas nacionais e internacionais de segurança oferecendo extrema qualidade e segurança para seus usuários, com garantia de tecnologia em evolução, peças de qualidade, alta durabilidade, suporte técnico e satisfação. Indicada para uso no ensacamento e compactação de silagem de milho, capiaçu, mombaça, sorgo, cevada, resíduos de indústria, grão reidratado, serragem, esterco, grãos e muito mais. Garantia de fábrica de 1 ano na máquina. Garantia do motor pelo fabricante: 6 meses. MOTOR equivalente ou superior ao 6,5 HP Buffalo – Gasolina; RPM Motor: 1800; Rpm roscas: 270, Helicoidais: aço SAE1045; diâmetro 135mm; bordas reforçadas; balanceamento a laser, Chapas corpo: aço SAE1045 2.2 mm ou melhor; Estrutura: monobloco; Transmissão: engrenagens aço SAE 1045, garantia 5 anos; Consumo médio: 450 ml/hr; Capacidade do funil: 0,20 m³; Capacidade de prensagem: 392N (regulável); Produtividade: 90 a 180 sacos/h; Autonomia: 8 horas; Tempo de enchimento: 6 segundos. Referência: Ensacadora de silagem MG35GO Gasolina – Silare.			
17	ENSILADEIRA para tritar capim com sistema de transmissão do rotor para os rolos por engrenagens. Com cinco opções de corte: 4, 6, 8, 16 e 22 mm, obtidos com a simples troca de duas engrenagens. Com bica giratória (360°) que facilita a operação. Para picar cana, capim, sorgo, milho e todas as demais espécies forrageiras com precisão e uniformidade de corte. Ideal para encher silos e para o trato diário de animais. Com acessórios para acionamento por motores elétricos. ACOPLADA COM BASE e MOTOR ELÉTRICO de 10CV Trifásico IV polos 220/380V. Dados Técnicos: Produção: 2500 a 11500 Kg/h; Rotação do rotor: 1600 rpm; Peças de reposição e assistência técnica na cidade de Manaus/AM; Referência: modelo da Ensiladeira Nogueira EN-12B.	292628	UNIDADE	1
18	Plantadeira/adubadeira de linha, hidráulica, para as seguintes especificações técnicas: 03/04 linhas; chassi de 3600mm; espaçamento mínimo de 450mm e máximo de 1050mm; peso total de 684kg e potência do motor de 70 cv. Projetada para plantio convencional de milho, soja, arroz, feijão, sorgo e outras culturas. Com depósito de adubo com capacidade de 50 kg e depósito com	472281	UNIDADE	1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

	capacidade de 34 litros de sementes. Com o dimensionamento adequado de seus componentes para permitir aliar alta resistência, melhor acompanhamento do perfil do terreno e maior precisão na distribuição de adubo e sementes. Distribuição de adubo através de Condutores Helicoidais (Sem-Fim). Com revestimento interno de PVC. Maior uniformidade no plantio. Discos horizontais perfurados para diferentes culturas e tamanhos de grãos. Discos de semente fornecidos por linha: 01 para milho, 01 para soja e 01 cego. Com componentes adequados para cada necessidade, tais como: disco duplo 13" x 13" ou haste sulcadora para o adubo; roda de sustentação de ferro ou de borracha; roda compactadora de ferro ou de borracha; discos cobridores ou hastes cobridoras; transmissão com corrente de rolos – industrial; ajuste da pressão das linhas sobre o solo; sistemas de adubo montados no chassi; diversas combinações de rodas dentadas para regulagem da quantidade desejada de adubo e sementes; marcadores de linha de fácil manuseio, com ou sem alavanca; depósitos de polietileno, resistentes à corrosão. Referência: modelo Plantadeira Adubadeira T2SI – Tatu Marchesan.			
19	Piso para maternidade de suínos, de material plástico resistente PP (polipropileno), prático, higiênico e de fácil montagem nas maternidades de suínos. Medidas dos furos: 9mm x 80mm; Dimensões externas: 600mm x 300mm x 44mm; Cubagem: 0,00792 m ³ /unidade (pacote com 07 peças). Peso 1,730kg. Cor: Verde. Embalagem com 07 peças. Referência: Equivalente ou de melhor qualidade ao modelo de piso para maternidade para suínos da Pisani Soluções em Plásticos.	474948	UNIDADE	3
20	Piso plástico 50 cm x 50 cm x 05 cm, indicado para suínos. Características técnicas: Material Polietileno de alta densidade; Cor: Preta; Capacidade: 20 ton/m ² ; Altura: 05 cm; Largura: 50 cm; Comprimento: 50 cm; Capacidade de peso mínimo: 1. 500 kg; Garantia: 3 Meses; Embalagem com kit contendo 15 pisos de 50 cm x 50 cm x 05 cm. Referência: equivalente ou de melhor qualidade ao Piso plástico suíno da marca LAR PLASTICOS.	601988	UNIDADE	3
21	Vagão Forrageiro para transporte de forragens e trato diário com capacidade para 9m ³ , acionamento tratorizado, equipado com esteira transportadora	626364	UNIDADE	1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

	<p>metálica com funcionamento por correntes em aço especial e assoalho removível em madeira naval tratada, arrastadores transversais desmontáveis, eixos desemboladores, porta traseira, cabeçalho desmontável, macaco articulável, HydraFeeder com acionamento hidráulico (opcional), transmissão com blindagem completa, transmissão por cardan, descarga reversível, ajuste de altura de descarga, compartilhamento do sistema de acionamento do desembolador superior, desembolador, rosca sem fim para descarga dianteira, esteira para pré-secados (opcional), sistema de segurança com pinos fusíveis para proteção do sistema de transmissão, conjunto rodado em TANDEM, rodas e pneus agrícolas 10,5 x 65 x 16, rotação requerida na TDP de 540 RPM e potência requerida a partir de 50 cv na TDP. Características técnicas: capacidade de carga: 9 m3; tempo descarga traseira: 2,0 min; traseira; tempo descarga lateral: 2,5 m3/min; rotação na tomada de força: 540 rpm; potência mínima para acionamento TDP: 55 vc; altura de descarga: 750 mm; capacidade de carga do dosador: 700 litros; comprimento total: 6.880 mm; comprimento da caçamba: 4.250 mm; largura total: 2.500 mm; altura: 2.580; peso sem dosador: 2.200 kg; peso com dosador: 2.494 kg; pneus: 10,5 x 65 x 16; capacidade aprox. de peso com silagem: 3.600 kg; sistema de rodado: tanden. Referência: Equivalente ou de melhor qualidade ao modelo VFN 9000 da marca Nogueira.</p>			
22	<p>Ensiladeira/forrageira com kit plataforma total incluso para colheita de forragens para produção de silagem em tratores acima de 85 cv: com transmissão caixa cardan; comando hidráulico completo; facilidade de manuseio de bica; sistemas de afiação de facas redondo que numa operação simples e segura, afia todo o conjunto rapidamente de forma segura e uniforme; com bica de saída em aço carbono e design moderno que ajuda no lançamento do produto; - Potente rotor com 14 facas retas e 14 lançadores garantindo uma excelente uniformidade de corte e ótimo lançamento na caçamba do caminhão evitando perdas. Características Técnicas: Produção (t/n) de até 38; Tamanho de picado de 18 (2,5 a 18 mm); Número de rotores: 1; Número de facas: 14; Acionamento: Tratorizado; Potência na TDP (cv): 85 a 125 cv; Sistema quebra jato: hidráulico total Sistema</p>	610075	UNIDADE	1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

	quebra grãos: sim de série Transmissão: Cardan; Kit plataforma Total incluso; Peso aproximado: 1050 kg; Espaçamento / nº de Linhas 45/70/80cm Referência: Equivalente ou de melhor qualidade ao modelo FTN 1000 Super da marca Nogueira.			
23	Leiteira, Galão Vasilhame de Leite, para armazenar e transportar líquidos, com capacidade de 30 Litros. Fabricado em plástico resistente e com tampa para manter o conteúdo seguro. Referência: modelo VAS-30L da marca Injesul.	374575	UNIDADE	4
24	Ordeneadeira Móvel com Motor elétrico de 1CV e para ser ligado em 220V, com 02 Conjuntos de ordenha e portátil, com carrinho da ordenha com material reforçado, com rodas com pneu e câmara. A ordeneadeira deve ser de material resistente, compacta, leve, fácil de movimentar, com garantia de reposição fácil reposição de peças, com bomba a vácuo Triunfo, motor elétrico Eberle, pulsadores e coletores Gimenez, latão (tarro) Milkan. Especificação técnica: Capacidade de volume de 300 L; Comprimento de 60 cm; largura de 40 cm; Altura de 90 cm; Peso de 35 kg; Potência de 01 HP; quantidade de 02 tarros; alimentação elétrica. Componentes que fazem parte da ordeneadeira, Unidade de Vácuo: 1 Protetor de correia; 1 Bomba de vácuo de Vácuo 300; 1 Lubrificador de óleo; 1 Escapamento com Válvula contragolpe; Polias para a Bomba e Motor; 1 Correia; 1 Regulador de Vácuo tipo Mola; 1 Vacuômetro e Adaptador; 1 Motor de Eberle Mercosul ou Nova Motores de 1cv; 01 Carrinho com depósito de vácuo e 2 rodas com pneu e câmara. Cada conjunto de ordenha deve ser composto por: 01 unidade Coletor em Inox Gimenez; 01 unidade Pulsador Nacional Gimenez; 01 unidade Tampa do Tarro com 1 ou 2 saídas ou cega; 01 unidade Mangueira do Leite com 2,10 m atóxica; 01 unidade Mangueira Dupla de Pulsação Transparente com 2,10 m; 01 unidade Mangueira Grossa; 01 jogo Insuflador Nacional; 01 jogo de Capas dos insufladores inteiras em Inox; 01 unidades Distribuidor de Pulsação; 01 tarro de 40 litros; Peças para encaixe do pulsador; Principais componentes de ordeneadeira: regulador de vácuo mola plástico gmz rosca ¾; adaptador para vacuômetro 14 para 1/2 top 100; reservatório óleo queimado para bomba de vácuo; válvula do dreno tipo prime / mfb; lubrificador completo	602272	UNIDADE	1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

	tfo gota; silencioso para bomba de vácuo; carrinho de vácuo ordefacil; plug tomada 10a com terra; chave liga e desliga; torneira de passagem 1m; bomba de vácuo 300l 12 pes Triunfo de 100; vacuômetro 10kva seco; motor 1cv monofásico baixa rotação aberto; Unidade de Ordenha: coletor 450ml com saída 10mm Premium; pulsador GMZ; tampa do Tarro com 1 ou 2 saídas ou cega; mangueira do Leite com 2,10m; Mangueira Dupla de Pulsação Transparente com 2,10m; Mangueira Grossa de Pulsação com 2,10m; Insuflador Nacional; Capas dos insufladores inteiras em Inox; Distribuidor de Pulsação; Peças para encaixe do pulsador. A ordenhadeira deve ser entregue embalada, montada e testada. Garantia mínima do motor elétrico e da bomba de 12 meses e das demais peças de 90 dias. Referência: modelo Carrelo BV300 2 Conjunto da marca Ordeleite.			
25	Aquecedor Elétrico para aves e suínos Resistência de alta eficiência para aquecimento. Soquete, Lâmpada 127V, potência de 400W, com resistência em aço inoxidável, resistente a corrosão e ao desgaste. Área de irradiação de 1 m ² e dimensões de 12 cm de altura e 8,5 cm de diâmetro. Soquete E27. Referência: equivalente ou de melhor qualidade a marca FullCenter.	250020	UNIDADE	3
26	Classificadora e separadora manual de ovos, com capacidade até 84 ovos por vez, em 4 tamanhos diferentes. Furação com diâmetro uniforme, 45,0 / 42,5 / 40,0 / 37,5 mm, alça para transporte, produzida em madeira. Dimensões: 70x41,5 cm, com dobradiça de aço galvanizado. Garantia mínima de 3 meses. Referência: equivalente ou de melhor qualidade a marca Guileo, modelo GL84.	447119	UNIDADE	1
27	Kit Mastite com caneca de fundo preto de 500 ml, frasco de solução CMT de 500 ml e placa vaca leiteira (raquete walmur). Formula do produto solução CMT: Cada 100 mL do produto Solução CMT contém: Violeta de Bromocresol 0,02g Veículo q.s.p.100,00mL Referência: marca CMT.	411588	UNIDADE	4
28	Jogo de 02 seringas para aplicação intradérmica de tuberculina bovina e aviária + Cutímetro com contador de giro, tipo relógio, para exame de tuberculose bovina. Equipamento veterinário de altíssima qualidade e precisão para uso em teste/exame de tuberculina em	627241	UNIDADE	2

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

	bovinos. Referência: KIT MASTER Jogo de 02 Seringas McIntock + Cutímetro SUPRIVET			
35	Tronco de contenção para bovinos com balança eletrônica e com sistema de 1 operador. Produzido em aço carbono com chassi monobloco todo soldado com tubos de 80 por 60; medidas aproximadas do equipamento: Comprimento total: 3,80 m; Altura total: 3,00 m; Largura: 2,25 m; Abertura inferior: 0,50 m; Abertura superior: 0,92 m; Pintura eletrostática; Sistema de contenção por pistão ou melhor; com 2 Pescoceiras emborrachadas (Kit alongador de pescoço); Piso emborrachado; Portão de um operador; Protetor coiceira rebatível; adequado as normas do trabalhador rural NR12 NR17 e NR31. Com entrega e montagem no Laboratório Educativo de Produção Animal do IFAM, campus Manaus Zona Leste. Referência: Tronco Zebu modelo Prime Livestock ou da Açôres modelo Revolution LM.	604843	UNIDADE	2
36	Balcão Frigorífico Material Estrutura: Aço, Acabamento Superficial: Chapa Metálica Pintada, Temperatura Trabalho: 0 A 7 °C, Tipo Prateleiras: Duas Placas Frias, Largura: 64 CM, Tensão Alimentação: 127 V, Comprimento: 100 CM, Altura: 100 CM, Características Adicionais: dois vidros frontais, tampo e saia em aço inox	602030	UNIDADE	2
37	Processador Alimentos Material Corpo: Aço Inoxidável, Cor: Preta, Função Disco: Mixer/Misturador, Tensão: 127	614612	UNIDADE	2
38	Medidor multiparâmetro de água: pH, oxigênio dissolvido, temperatura, condutividade elétrica, sólidos totais, amônia, nitrito, fósforo, ortofosfato, alimentação: a pilha; à prova d'água; calibração automática em múltiplos pontos.	629384	UNIDADE	2

6.16.7 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

6.16.8 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura da ata de registro de preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.16.9 A adoção do Sistema de Registro de Preço, justifica-se devido a possibilidade de maior economia de escala, uma vez que diversos órgãos e entidades podem participar de uma mesma ARP, honrando assim o princípio da economicidade, além de reduzir o número de licitações e celeridade da contratação, permite a otimização de estoque, com o fornecimento somente quando surgir a necessidade em se adquirir os bens e registrados, respeitando-se os limites orçamentários e a validade do produto para estocagem, reduzindo o volume de estoques, consequentemente reduzindo o volume de estoques e o custo de armazenagem, bem

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

como de perdas por perecimento ou má conservação, uma vez que a Administração Pública contrata na medida de suas necessidades.

6.16.10 Não será aberto procedimento de Intenção de Registro de Preços devido à especificidade dos itens para atendimento das demandas do CMZL e devido falta de pessoal no setor de compras para operacionalizar múltiplos itens.

6.16.11 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 10792928000100-0-000003/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2025
- III) Id do item no PCA: 17
- IV) Classe/Grupo: 6640 - EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE LABORATÓRIO
- V) Identificador da Futura Contratação: 158444-13/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2 As licitantes deverão observar as disposições contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. 5ª ed. Brasília: AGU, julho, 2022, bem como observar o que determina a Instrução Normativa nº 01/2010- SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, tais como estabelece o capítulo III e nos demais casos em que a referida instrução se aplique ao objeto.

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de produtos, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448- 1 e 15448-2;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Da exigência de carta de solidariedade

4.2 Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.3 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.5 Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.5.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.5.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.5.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da requisição de fornecimento enviado por e-mail pelo setor requisitante e deverá ser entregue em remessa única.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Coordenação de Material e Patrimônio - CMP, Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste, localizado na Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro: Gilberto Mestrinho, CEP 69.086-475, nesta cidade, em horário comercial, no período das 8:00 às 11:00h e das 13:00 às 16:00h.

5.3.1 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a três quartos (3/4) do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.3.2 As quantidades mínimas e máximas a serem empenhadas e solicitadas são as seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QTD. TOTAL
1	Balança Precisão Capacidade Máxima: 4.200 G, Resolução: 0,01 G, Tipo Pannel: Visor De Lcd com Retro-Illuminação, Características Adicionais: Semi-Analítica, Prato: 170 X180 Mm	UNIDADE	1	1	1
2	Banho maria ajuste: ajuste digital com painel de controle, volume: cerca de 15 l, componentes: com tampa cônica, temperatura: até 150 °c, adicional: com agitação de água	UNIDADE	1	1	1
3	Moinho de Café, Pimenta E Semelhantes Material: Aço Inox, Tipo: Elétrico, Alimentação: 220 V, Acessórios: Discos De Corte, Referência Fabricante: Manupa, Leogap, Carmomaq, Características Adicionais: Para Café Gourmet, 9 Graus De Granulometria	UNIDADE	1	1	1
4	Moinho Material Gabinete: Aço, Material Tampa: Ferro Fundido E Aço Inox Aisi 304, Tipo: Faca, Componentes: 4 Facas Móveis E 4 Fixas, Voltagem: 220 V, Potência: 750 W, Potência Motor: 1 CV, Rotação: 1.700 RPM, Características Adicionais: Sistema De Segurança	UNIDADE	1	1	1
5	Moedor De Carne Industrial Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Bandeja: Aço Inoxidável, Características Adicionais: 220 Volts, Boca 22, Capacidade Moagem: 300 KG/H, Potência Motor: 1,25 H	UNIDADE	1	1	1
6	Torrador Aplicação: Café, Tipo: Elétrico, Alimentação: 220 V, Capacidade De Torração: 10 K	UNIDADE	1	1	1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

7	Refrigerador Doméstico Capacidade: 300 L, Voltagem: 110 V, Características Adicionais: Frost Free, Controle Temperatura, Gaveta Transparente, Capacidade Congelador: 47 L, Cor: Branca, Tipo: Vertical / O1 Porta	UNIDADE	1	3	3
8	Freezer Tipo: Horizontal, Capacidade: 477 L, Quantidade Tampas: 2 UN, Cor: Branca, Tensão Alimentação: 110	UNIDADE	1	2	2
9	Paquímetro Digital Material: Aço Inoxidável Temperado Alta Resistência, Resolução: 0,01 MM, Alimentação: Bateria V, Capacidade: 300 MM, Características Adicionais: Função Bateria Baixa Carga, Funções: Conversão De Unidades De Medida Mm/Pol	UNIDADE	2	2	2
10	Tosquiadeira para corte de pelos de Ovelhas, máquina para carneiro Ovino Dorper, elétrica 110v, potência mínima de 850 W, com lâmina de 13 dentes, incluindo chave de fenda, escovas de carvão e escovas de limpeza. Referência: marca Entemah.	UNIDADE	1	1	1
11	Cocho comedouro/bebedouro de plástico para animais como bovinos, capacidade de 125 Lts, com polietileno de media densidade. Com proteção UV, produto para ser expostos ao sol e ao tempo sem risco de rachaduras ou contaminação dos alimentos dos animais. Com capacidade de 125 litros e pesando apenas 6 kg. Comprimento: 129 cm (1290 mm); Largura: 68 cm (680 mm); Altura: 26 cm (260 mm), na cor preta ou azul. Referência: marca IW8.	UNIDADE	4	4	4
12	Dobradiça tipo ferradura para porteira 138mm, Nº 0, Aço Carbono, com comprimento de 138 mm e largura de 65 mm. Peso máximo suportado: 100 kg; cor azul. Kit com 01 par. Referência: marca Tarza ou Bufalo	UNIDADE	20	20	20
13	Dobradiça tipo ferradura para porteira, com diâmetro do copo de 108mm, Nº 3, Aço Carbono, com comprimento de 26 cm, largura de 10 cm, espessura 1,7 mm. Peso máximo suportado: 400 kg; cor azul. Kit com 01 par. Referência: marca Tarza ou Bufalo	UNIDADE	20	20	20
14	Piso em borracha moeda, piso proteção pvc vinílico, emborrachado, sintético, reciclado, reciclável, puro, com comprimento de 10 m,	UNIDADE	5	5	5

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

	largura 100 cm, espessura de 3 mm, fornecido em rolo. Referência: superior ou equivalente a marca São Miguel Borrachas				
15	Aplicador Veterinário Oral Fluxo Contínuo, com dosagem de 1 a 15ml, ponteira de 10 cm em metal, com mangueira, borracha suplementar, rosca para acoplar frasco e mangueira. Equipamento em policarbonato, muito resistente. Referência: marca Simcro	UNIDADE	2	2	2
16	Máquina destinada a ensacar e compactar silagem a gasolina, para ser usada em silagem verde ou curtida, com máquina a gasolina pura, sem óleo 2 tempos, capacidade de produzir até 180 sacos hora, produção de até 8 toneladas por hora, com regulagem de peso compactação para sacos de 20 a 40 kg de 200 micras, retangulares com dimensão de 51x110cm. A máquina deve obedecer às normas nacionais e internacionais de segurança oferecendo extrema qualidade e segurança para seus usuários, com garantia de tecnologia em evolução, peças de qualidade, alta durabilidade, suporte técnico e satisfação. Indicada para uso no ensacamento e compactação de silagem de milho, capiaçu, mombaça, sorgo, cevada, resíduos de indústria, grão reidratado, serragem, esterco, grãos e muito mais. Garantia de fábrica de 1 ano na máquina. Garantia do motor pelo fabricante: 6 meses. MOTOR equivalente ou superior ao 6,5 HP Buffalo – Gasolina; RPM Motor: 1800; Rpm roscas: 270, Helicoidais: aço SAE1045; diâmetro 135mm; bordas reforçadas; balanceamento a laser, Chapas corpo: aço SAE1045 2.2 mm ou melhor; Estrutura: monobloco; Transmissão: engrenagens aço SAE 1045, garantia 5 anos; Consumo médio: 450 ml/hr; Capacidade do funil: 0,20 m³; Capacidade de prensagem: 392N (regulável); Produtividade: 90 a 180 sacos/h; Autonomia: 8 horas; Tempo de enchimento: 6 segundos. Referência: Ensacadora de silagem MG35GO Gasolina – Silare.	UNIDADE	1	1	1
17	ENSILADEIRA para triturar capim com sistema de transmissão do rotor para os rolos por engrenagens. Com cinco opções de corte: 4, 6, 8, 16 e 22 mm, obtidos com a simples troca de duas	UNIDADE	1	1	1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

	engrenagens. Com bica giratória (360º) que facilita a operação. Para picar cana, capim, sorgo, milho e todas as demais espécies forrageiras com precisão e uniformidade de corte. Ideal para encher silos e para o trato diário de animais. Com acessórios para acionamento por motores elétricos. ACOPLADA COM BASE e MOTOR ELÉTRICO de 10CV Trifásico IV polos 220/380V. Dados Técnicos: Produção: 2500 a 11500 Kg/h; Rotação do rotor: 1600 rpm; Peças de reposição e assistência técnica na cidade de Manaus/AM; Referência: modelo da Ensiladeira Nogueira EN-12B.				
18	Plantadeira/adubadeira de linha, hidráulica, para as seguintes especificações técnicas: 03/04 linhas; chassi de 3600mm; espaçamento mínimo de 450mm e máximo de 1050mm; peso total de 684kg e potência do motor de 70 cv. Projetada para plantio convencional de milho, soja, arroz, feijão, sorgo e outras culturas. Com depósito de adubo com capacidade de 50 kg e depósito com capacidade de 34 litros de sementes. Com o dimensionamento adequado de seus componentes para permitir aliar alta resistência, melhor acompanhamento do perfil do terreno e maior precisão na distribuição de adubo e sementes. Distribuição de adubo através de Condutoras Helicoidais (Sem-Fim). Com revestimento interno de PVC. Maior uniformidade no plantio. Discos horizontais perfurados para diferentes culturas e tamanhos de grãos. Discos de semente fornecidos por linha: 01 para milho, 01 para soja e 01 cego. Com componentes adequados para cada necessidade, tais como: disco duplo 13" x 13" ou haste sulcadora para o adubo; roda de sustentação de ferro ou de borracha; roda compactadora de ferro ou de borracha; discos cobridores ou hastes cobridoras; transmissão com corrente de rolos – industrial; ajuste da pressão das linhas sobre o solo; sistemas de adubo montados no chassi; diversas combinações de rodas dentadas para regulação da quantidade desejada de adubo e sementes; marcadores de linha de fácil manuseio, com ou sem alavanca; depósitos de polietileno, resistentes	UNIDADE	1	1	1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

	à corrosão. Referência: modelo Plantadeira Adubadeira T2SI – Tatu Marchesan.				
19	Piso para maternidade de suínos, de material plástico resistente PP (polipropileno), prático, higiênico e de fácil montagem nas maternidades de suínos. Medidas dos furos: 9mm x 80mm; Dimensões externas: 600mm x 300mm x 44mm; Cubagem: 0,00792 m ³ /unidade (pacote com 07 peças). Peso 1,730kg. Cor: Verde. Embalagem com 07 peças. Referência: Equivalente ou de melhor qualidade ao modelo de piso para maternidade para suínos da Pisani Soluções em Plásticos.	UNIDADE	3	3	3
20	Piso plástico 50 cm x 50 cm x 05 cm, indicado para suínos. Características técnicas: Material Polietileno de alta densidade; Cor: Preta; Capacidade: 20 ton/m ² ; Altura: 05 cm; Largura: 50 cm; Comprimento: 50 cm; Capacidade de peso mínimo: 1.500 kg; Garantia: 3 Meses; Embalagem com kit contendo 15 pisos de 50 cm x 50 cm x 05 cm. Referência: equivalente ou de melhor qualidade ao Piso plástico suíno da marca LAR PLASTICOS.	UNIDADE	3	3	3
21	Vagão Forrageiro para transporte de forragens e trato diário com capacidade para 9m ³ , acionamento tratorizado, equipado com esteira transportadora metálica com funcionamento por correntes em aço especial e assoalho removível em madeira naval tratada, arrastadores transversais desmontáveis, eixos desemboladores, porta traseira, cabeçalho desmontável, macaco articulável, HydraFeeder com acionamento hidráulico (opcional), transmissão com blindagem completa, transmissão por cardan, descarga reversível, ajuste de altura de descarga, compartilhamento do sistema de acionamento do desembolador superior, desembolador, rosca sem fim para descarga dianteira, esteira para pré-secados (opcional), sistema de segurança com pinos fusíveis para proteção do sistema de transmissão, conjunto rodado em TANDEM, rodas e pneus agrícolas 10,5 x 65 x 16, rotação requerida na TDP de 540 RPM e potência requerida a partir de 50 cv	UNIDADE	1	1	1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

	na TDP. Características técnicas: capacidade de carga: 9 m ³ ; tempo descarga traseira: 2,0 min; traseira; tempo descarga lateral: 2,5 m ³ /min; rotação na tomada de força: 540 rpm; potência mínima para acionamento TDP: 55 vc; altura de descarga: 750 mm; capacidade de carga do dosador: 700 litros; comprimento total: 6.880 mm; comprimento da caçamba: 4.250 mm; largura total: 2.500 mm; altura: 2.580; peso sem dosador: 2.200 kg; peso com dosador: 2.494 kg; pneus: 10,5 x 65 x 16; capacidade aprox. de peso com silagem: 3.600 kg; sistema de rodado: tanden. Referência: Equivalente ou de melhor qualidade ao modelo VFN 9000 da marca Nogueira.				
22	Ensiladeira/forrageira com kit plataforma total incluso para colheita de forragens para produção de silagem em tratores acima de 85 cv: com transmissão caixa cardan; comando hidráulico completo; facilidade de manuseio de bica; sistemas de afiação de facas redondo que numa operação simples e segura, afia todo o conjunto rapidamente de forma segura e uniforme; com bica de saída em aço carbono e design moderno que ajuda no lançamento do produto; - Potente rotor com 14 facas retas e 14 lançadores garantindo uma excelente uniformidade de corte e ótimo lançamento na caçamba do caminhão evitando perdas. Características Técnicas: Produção (t/h) de até 38; Tamanho de picado de 18 (2,5 a 18 mm); Número de rotores: 1; Número de facas: 14; Acionamento: Tratorizado; Potência na TDP (cv): 85 a 125 cv; Sistema quebra jato: hidráulico total Sistema quebra grãos: sim de série Transmissão: Cardan; Kit plataforma Total incluso; Peso aproximado: 1050 kg; Espaçamento / nº de Linhas 45/70/80cm Referência: Equivalente ou de melhor qualidade ao modelo FTN 1000 Super da marca Nogueira.	UNIDADE	1	1	1
23	Leiteira, Galão Vasilhame de Leite, para armazenar e transportar líquidos, com capacidade de 30 Litros. Fabricado em plástico resistente e com tampa para manter o conteúdo seguro. Referência: modelo VAS-30L da marca Injesul.	UNIDADE	4	4	4

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

24	<p>Ordenhadeira Móvel com Motor elétrico de 1CV e para ser ligado em 220V, com 02 Conjuntos de ordenha e portátil, com carrinho da ordenha com material reforçado, com rodas com pneu e câmara. A ordenhadeira deve ser de material resistente, compacta, leve, fácil de movimentar, com garantia de reposição fácil reposição de peças, com bomba a vácuo Triunfo, motor elétrico Eberle, pulsadores e coletores Gimenez, latão (tarro) Milkan. Especificação técnica: Capacidade de volume de 300 L; Comprimento de 60 cm; largura de 40 cm; Altura de 90 cm; Peso de 35 kg; Potência de 01 HP; quantidade de 02 tarros; alimentação elétrica. Componentes que fazem parte da ordenhadeira, Unidade de Vácuo: 1 Protetor de correia; 1 Bomba de vácuo de Vácuo 300; 1 Lubrificador de óleo; 1 Escapamento com Válvula contragolpe; Polias para a Bomba e Motor; 1 Correia; 1 Regulador de Vácuo tipo Mola; 1 Vacuômetro e Adaptador; 1 Motor de Eberle Mercosul ou Nova Motores de 1cv; 01 Carrinho com depósito de vácuo e 2 rodas com pneu e câmara. Cada conjunto de ordenha deve ser composto por: 01 unidade Coletor em Inox Gimenez; 01 unidade Pulsador Nacional Gimenez; 01 unidade Tampa do Tarro com 1 ou 2 saídas ou cega; 01 unidade Mangueira do Leite com 2,10 m atóxica; 01 unidade Mangueira Dupla de Pulsação Transparente com 2,10 m; 01 unidade Mangueira Grossa; 01 jogo Insuflador Nacional; 01 jogo de Capas dos insufladores inteiras em Inox; 01 unidades Distribuidor de Pulsação; 01 tarro de 40 litros; Peças para encaixe do pulsador; Principais componentes de ordenhadeira: regulador de vácuo mola plástico gmz rosca ¾; adaptador para vacuômetro 14 para 1/2 top 100; reservatório óleo queimado para bomba de vácuo; válvula do dreno tipo prime / mfb; lubrificador completo tfo gota; silencioso para bomba de vácuo; carrinho de vácuo ordefácil; plug tomada 10a com terra; chave liga e desliga; torneira de passagem 1m; bomba de vácuo 300l 12 pes Triunfo de 100; vacuômetro 10kva seco; motor 1cv monofásico baixa rotação aberto; Unidade de Ordenha: coletor 450ml com saída</p>	UNIDADE	1	1	1
----	--	---------	---	---	---

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

	10mm Premiun; pulsador GMZ; tampa do Tarro com 1 ou 2 saídas ou cega; mangueira do Leite com 2,10m; Mangueira Dupla de Pulsação Transparente com 2,10m; Mangueira Grossa de Pulsação com 2,10m; Insuflador Nacional; Capas dos insufladores inteiras em Inox; Distribuidor de Pulsação; Peças para encaixe do pulsador. A ordenhadeira deve ser entregue embalada, montada e testada. Garantia mínima do motor elétrico e da bomba de 12 meses e das demais peças de 90 dias. Referência: modelo Carrelo BV300 2 Conjunto da marca Ordeleite.				
25	Aquecedor Elétrico para aves e suínos Resistência de alta eficiência para aquecimento. Soquete, Lâmpada 127V, potência de 400W, com resistência em aço inoxidável, resistente a corrosão e ao desgaste. Área de irradiação de 1 m ² e dimensões de 12 cm de altura e 8,5 cm de diâmetro. Soquete E27. Referência: equivalente ou de melhor qualidade a marca FullCenter.	UNIDADE	3	3	3
26	Classificadora e separadora manual de ovos, com capacidade até 84 ovos por vez, em 4 tamanhos diferentes. Furação com diâmetro uniforme, 45,0 / 42,5 / 40,0 / 37,5 mm, alça para transporte, produzida em madeira. Dimensões: 70x41,5 cm, com dobradiça de aço galvanizado. Garantia mínima de 3 meses. Referência: equivalente ou de melhor qualidade a marca Guileo, modelo GL84.	UNIDADE	3	1	1
27	Kit Mastite com caneca de fundo preto de 500 ml, frasco de solução CMT de 500 ml e placa vaca leiteira (raquete walmur). Formula do produto solução CMT: Cada 100 mL do produto Solução CMT contém: Violeta de Bromocresol 0,02g Veículo q.s.p.100,00mL Referência: marca CMT.	UNIDADE	4	4	4
28	Jogo de 02 seringas para aplicação intradérmica de tuberculina bovina e aviária + Cutímetro com contador de giro, tipo relógio, para exame de tuberculose bovina. Equipamento veterinário de altíssima qualidade e precisão para uso em teste/exame de tuberculina em bovinos. Referência: KIT MASTER Jogo de 02 Seringas McIntock + Cutímetro SUPRIVET	UNIDADE	2	2	2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

29	Refrigerador Expositor Tipo: Vertical, Capacidade: 510 L, cor branca. Aplicação: Refrigerar bebidas e alimentos, Características Adicionais: Iluminação Interna com lâmpadas LED , Voltagem: 110 V, termostato para seleção de temperatura, entre 0 e 10°C, porta de vidro duplo antiembaçante com visibilidade clara do interior, prateleiras ajustáveis, gás ecológico e silencioso. Garantia 12 meses. Referência: modelo Refrigerador Expositor Vertical EOS 510 Litros Eco Gelo Branco EEV500B 110V	UNIDADE	2	2	2
30	Pistola automática dosadora 50 ml para vacinação de animais, com as seguintes características: grande durabilidade; de alumínio de alta resistência e latão cromado; ideal para temperaturas extremas; com tubo de vidro temperado esterilizável – evita a contaminação por outros medicamentos; dosador de alta precisão: de 1 a 5 ml, com intervalos de 1 ml; fácil regulação e visualização; encaixe Luer-Lock, de fácil manuseio. Indicado para vacinação contra raiva e para outros medicamentos até 30 ml de dosagem. Desenho ergométrico: empunhadura anatômica, que proporciona o máximo conforto nas aplicações em grandes rebanhos. Referência: fabricante Höppner.	UNIDADE	2	2	2
31	Alicate aplicador de brincos bovinos, ovinos, suínos, em liga de alumínio, mola de aço carbono zincado, molas menores e prendedor em aço inoxidável, comprimento de 25 cm e 12 cm de altura, peso de 0,29 g, reutilizável, não tóxico e de alta durabilidade. Agulha inclusa já montada no aplicador e agulha extra. Trava para guardar o alicate fechado e destravamento automático. Referência: modelo universal da fabricante Primaza.	UNIDADE	2	2	2
32	Lavadora de alta pressão, devendo ser robusta, com materiais de alta qualidade, excelente para uso frequente e profissional, para remover sujeiras mais encrustadas, com as seguintes características: tensão nominal de 230 V; absorção de potência de 3,1 kW; 01 fase, 2.800 rotação/min; peso do dispositivo sem cabo de 36 kg; tanque translúcido de óleo; clip para	UNIDADE	2	2	2

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

	armazenagem do cabo de energia; sistema de dosagem de detergente; suporte para a pistola; Referência: modelo Lavadora de alta pressão RE 232 da marca STIHL				
33	Tratorito monocultivador à gasolina, com potência de 6,59 hp, partida manual, 3.600 rpm, 85 kg, 02 velocidades dianteiras e 01 velocidade reversa, largura de trabalho de 800 mm e profundidade de 150 mm x 300 mm, com 24 lâminas e par de rodas/pneus de 8". ESPECIFICAÇÕES: Ignição: tci; Roda aro: 8"; Pneus: 4,00x8; Cilindrada: 196cm³; Rotação máxima: 3600rpm; Taxa de Compressão: 8.5:1; Capacidade do tanque: 3,6 litros; Torque: 11,5 Nm a 2500rpm; Consumo Médio: 2,3 litros por hora; Capacidade de óleo do motor: 600mls (sae 20w50); Capacidade de óleo de transmissão: 1300ml (sae 90); Motor: monocilindro, 4 tempos, refrigerado a ar, 6,5hp; CAPACIDADE DE CORTE: Largura: 800mm; Profundidade: 150 a 300mm; DIMENSÕES DA EMBALAGEM: Peso: 85kg; Altura: 78cm; Largura: 41cm; Comprimento: 86cm; DIMENSÕES MONTADO: Peso: 85kg; Altura: 120cm; Largura: 80cm; Comprimento: 150cm; ACOMPANHA: Discos laterais; Manual de instruções; Motocultivador semi montado; Par de rodas/pneus de 8 polegadas; Par de enxadas rotativas 12 lâminas cada; Referência: modelo BTTG6.5 da marca Branco.	UNIDADE	1	1	1
34	Balança para pesagem de caprinos e suínos, com gradil aberto, com capacidade nominal de 300 kg, de com estrutura de aço inoxidável, temperatura de trabalho de -10° a 45° C, grau de proteção de IP50 totalmente eletrônica com indicador digital, dedicado à pesagem de animais com capacidades e tamanho de acordo com suas necessidades, construída com um sistema de medida de massa com quatro células de carga, com correção de ajuste de cantos, através de um sistema eletrônico, capacidade de sobrecarga máxima de 150% da carga nominal. Seu módulo indicador pode ser instalado em redes ou sistemas, via portas de comunicação RS232, RS422, RS485, Ethernet ou via rádio, conforme sua necessidade,	UNIDADE	1	1	1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

	podendo ser conectado diretamente a impressoras, possui sistema de estabilização das oscilações devido ao movimento do animal, via filtros e configurações de software. Dimensões de gaiola/gradil, capacidade e divisão: Altura de 110 cm; Largura de 100 cm; Comprimento de 130 cm; Capacidade de 300 kg; Divisão de 50 gramas; Características técnicas: Conjunto rígido de gaiola com 4 células de carga e indicador; Indicador digital pode ser fornecido com LD1050 inox, de pesagem e instalação fácil e impressora via bluetooth, com display de LED ou de cristal líquido (LCD), com seis dígitos, 10.000 divisões configuráveis, de baixo custo, com estrutura em aço inoxidável, podendo tanto operar com células de medição, como em redes, em sistemas supervisórios ou sistemas comerciais; Gaiola de contenção do animal fornecido em Inoxidável; Facilidade de instalação e operação e locomoção; Permite a instalação em qualquer local para pesagem; Simplicidade, robustez e baixo custo de manutenção; Assistência técnica em todo o Brasil. Garantia mínima do fabricante de 03 meses. Referência: modelo B 650/G com gradil aberto e capacidade de 300kg da marca Lider Balanças.				
35	Tronco de contenção para bovinos com balança eletrônica e com sistema de 1 operador. Produzido em aço carbono com chassi monobloco todo soldado com tubos de 80 por 60; medidas aproximadas do equipamento: Comprimento total: 3,80 m; Altura total: 3,00 m; Largura: 2,25 m; Abertura inferior: 0,50 m; Abertura superior: 0,92 m; Pintura eletrostática; Sistema de contenção por pistão ou melhor; com 2 Pescoceiras emborrachadas (Kit alongador de pescoço); Piso emborrachado; Portão de um operador; Protetor coiceira rebatível; adequado as normas do trabalhador rural NR12 NR17 e NR31. Com entrega e montagem no Laboratório Educativo de Produção Animal do IFAM, campus Manaus Zona Leste. Referência: Tronco Zebu modelo Prime Livestock ou da Açôres modelo Revolution LM.	UNIDADE	1	1	1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

36	Balcão Frigorífico Material Estrutura: Aço, Acabamento Superficial: Chapa Metálica Pintada, Temperatura Trabalho: 0 A 7 °C, Tipo Prateleiras: Duas Placas Frias, Largura: 64 CM, Tensão Alimentação: 127 V, Comprimento: 100 CM, Altura: 100 CM, Características Adicionais: dois vidros frontais, tampo e saia em aço inox	UNIDADE	1	1	1
37	Processador Alimentos Material Corpo: Aço Inoxidável, Cor: Preta, Função Disco: Mixer/Misturador, Tensão: 127	UNIDADE	2	2	2
38	Medidor multiparâmetro de água: pH, oxigênio dissolvido, temperatura, condutividade elétrica, sólidos totais, amônia, nitrito, fósforo, ortofosfato, alimentação: a pilha; à prova d'água; calibração automática em múltiplos pontos.	UNIDADE	2	2	2

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato ou o Coordenador de Material e Patrimônio - CMP, Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8 O fiscal técnico do contrato ou o Coordenador de Material e Patrimônio - CMP, Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato ou o Coordenador de Material e Patrimônio - CMP, Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10 O fiscal técnico do contrato ou o Coordenador de Material e Patrimônio - CMP, Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste informará ao gestor do contrato ou ao Departamento de Administração e Planejamento - DAP, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato ou o Coordenador de Material e Patrimônio - CMP, Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou ao Departamento de Administração e Planejamento – DAP.

6.12 O fiscal técnico do contrato ou o Coordenador de Material e Patrimônio - CMP, Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste comunicará ao gestor do contrato ou ao Departamento de Administração e Planejamento - DAP, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13 O fiscal administrativo do contrato ou o Departamento de Administração e Planejamento - DAP verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato ou o Departamento de Administração e Planejamento - DAP atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

Gestor do Contrato

6.16 Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.12 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.13 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial das obrigações assumidas na contratação;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total das obrigações assumidas na contratação;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do objeto da contratação;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d” de **01% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

7.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

7.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante;

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 21.

7.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou pelo Coordenador de Material e Patrimônio - CMP, Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9 As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

8.11 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1 o prazo de validade;
- 8.12.2 a data da emissão;
- 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5 o valor a pagar; e
- 8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.14 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.17 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.19 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

Prazo de pagamento

8.20 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA amplo de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.27 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.29 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.30 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

8.31 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

8.32 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.33 Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, na data da apresentação das propostas.

8.34 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.35 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.36 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.37 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.38 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.39 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.40 O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2 O fornecimento do objeto será integral, de acordo com a quantidade empenhada até o limite do quantitativo licitado.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3 Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários dos itens da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

Exigências de habilitação

9.4 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.12 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

9.23 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

9.24 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Ativo Total

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

SG = -----

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC= -----

Passivo Circulante

9.25 Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.26 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.28 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (escrever por extenso, se for o caso), em plena validade;

9.31.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.32 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.32.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.32.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

9.32.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.1.1 Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

10.3.3 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 26403/158444;
- II) Fonte de Recursos: 1000000000;
- III) Programa de Trabalho: 231659;
- IV) Elemento de Despesa: 33903011-17;
- V) Plano Interno: L20RLP0109N;

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

Manaus, 24 de abril de 2026.

Christiano Teixeira de Figueiredo

Matricula Siape 2193386

Presidente da Equipe de Planejamento para Aquisição de Ração Animal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - CMZL
Portaria Nº 540-GDG/CMZL/IFAM, de 27 de novembro de 2024.

Sheila Barros Cabral de Araujo

Matricula Siape 2397872

Membro da Equipe de Planejamento para Aquisição de Ração Animal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - CMZL
Portaria Nº 540-GDG/CMZL/IFAM, de 27 de novembro de 2024.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

Raimundo Rodrigues da Silva Neto

Matricula Siape 1749626

Membro da Equipe de Planejamento para Aquisição de Ração Animal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - CMZL
Portaria Nº 540-GDG/CMZL/IFAM, de 27 de novembro de 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE
End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o **prazo de 30 minutos**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato - **Nota de Empenho**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no **Editais**, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. **O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 2.2. **O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.**

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo **de 30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo **de 30 (trinta) dias**.

3.1.10 **Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.**

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, **e da relação da rede de assistência técnica autorizada**;

4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11 Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação **ou para qualificação na contratação direta;**

4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
- 5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*
- 5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*
- 5.3.1 *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;*
e
- 5.3.2 *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 5.5.3 Indenizações e multas.
- 5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação **ou na contratação direta**, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

- 6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

- 8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Amazonas, Seção Judiciária de Manaus para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

End.: Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro Gilberto Mestrinho. Cx. Postal 2204. CEP 69.086-475.

ANEXO II
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20....

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

INST.F.ED.,CIENC.E TEC.DO AM/C.MANAUS Z.LESTE

Estudo Técnico Preliminar 19/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23857.000196/2025-23

2. Descrição da necessidade

Os Núcleos dos Laboratórios Educativos de Produção Animal, Vegetal e Agroindustrial vinculado ao Departamentos dos Laboratórios Educativos de Produção é um Departamento vinculado à Diretoria Geral, responsável por planejar, coordenar, executar e supervisionar projetos e programas pedagógico-produtivos, com articulação permanente entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito do *campus*, com o objetivo de incentivar e oferecer condições básicas para realização de atividades acadêmicas, onde a necessidade de aquisição de equipamentos e materiais é de suma importância para realização de atividades educacionais de ensino, pesquisas, extensão e inovação tecnológica e para manutenção dos Laboratórios Educativos de Produção Animal, Vegetal e Agroindustrial e do Centro de Referência em Agroecologia, localizados no IFAM - Campus Manaus Zona Leste, visando o emprego racional dos recursos humanos, orçamentários e financeiros na realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão, como apoio em todas as modalidades de ensino oferecido pelo IFAM/CMZL.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento dos Laboratórios de Produção, Animal Vegetal e Agroindústria – DEPRO	Aildo da Silva Gama

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Trata o presente, de contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais para realização de atividades educacionais de ensino, pesquisas, extensão e inovação tecnológica e para manutenção dos Laboratórios Educativos de Produção Animal, Vegetal e Agroindustrial e do Centro de Referência em Agroecologia, localizados no IFAM - Campus Manaus Zona Leste.

4.2. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da requisição de fornecimento enviado por e-mail pelo setor requisitante e deverá ser entregue em remessa única, no seguinte endereço: Coordenação de Material e Patrimônio - CMP, Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste, localizado na Av. Cosme Ferreira, 8045 – Bairro: Gilberto Mestrinho, CEP 69.086-475, nesta cidade, em horário comercial, no período das 8:00 às 11:00h e das 13:00 às 16:00h.

4.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior à três quartos (3/4) do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.4 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou pelo Coordenador de Material e Patrimônio - CMP, Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.9 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

4.10 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.11 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.12 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.13 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.14 As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foram realizadas com base nas contratações realizadas pela Administração Pública e disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal.

Como metodologia para obtenção do preço estimado adotou-se a MÉDIA da pesquisa de preço do pain de compras.gov.br, visando estimar o valor de referência, pelo fato de sua natureza técnica apresentar-s

mais adequada para amostras cujos valores estejam dentro de uma mesma faixa, sem ocorrência extremas, que possam causar distorção dos resultados em função da amostra e, levando também em consideração a realidade logística diferenciada da região que faz com que os custos aumentem por fornecimento de equipamentos e materiais para realização de atividades educacionais de ensino, pesquisas, extensão e inovação tecnológica e para manutenção das Unidades Educativas de Produção Animal, Vegetal e Agroindustrial e do Centro de Referência em Agroecologia do IFAM-Campus Manaus Zona Leste, desta forma, entendemos haver atendimento ao disposto no artigo 6º da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

6. Descrição da solução como um todo

A Aquisição de equipamentos e materiais para realização de atividades educacionais de ensino, pesquisas, extensão e inovação tecnológica e para manutenção dos Laboratórios Educativos de Produção Animal, Vegetal e Agroindustrial e do Centro de Referência em Agroecologia, dentre eles o novo Laboratório Multidisciplinar de Processamento de Alimentos, que necessita de equipamentos para beneficiamento da produção de leite produzidas no Laboratório Educativo de Produção Animal-Zootecnia III, localizados no IFAM - Campus Manaus Zona Leste, como apoio em todas as modalidades de ensino oferecido pelo IFAM/CMZL.

A modalidade de licitação será mediante Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preço, conforme preceitua o art. 6, inciso XLV, da Lei 14.133/2021, obedecendo às quantidades mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, possibilitando futuras aquisições durante o período de vigência da Ata, em atendimento às orientações do TCU que estabelece que as compras públicas devem ser planejadas e sempre que possível utilizar o sistema de registro de preço, evitando as aquisições emergenciais e fragmentadas. além de permitir que a Administração adquira os equipamentos e materiais à medida que for sendo necessário, respeitando-se os limites orçamentários e a validade do produto.

A adoção do Sistema de Registro de Preço, justifica-se devido a possibilidade de maior economia de escala, uma vez que diversos órgãos e entidades podem participar de uma mesma ARP, honrando assim o princípio da economicidade, além de reduzir o número de licitações e celeridade da contratação, permite a otimização de estoque, com o fornecimento somente quando surgir a necessidade em se adquirir os bens e registrados, respeitando-se os limites orçamentários e a validade do produto, consequentemente reduzindo o volume de estoques, custo de armazenagem e perdas, uma vez que a Administração Pública contrata na medida de suas necessidades.

A pesquisa de preços foi realizada conforme artigo 5º, inciso I da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. O tipo de solução foi embasado nos processos anteriores, a qual se adequa melhor às pretensões do IFAM - Campus Manaus Zona Leste, que é a licitação na modalidade pregão eletrônico por Sistema de Registro de Preços (SRP), por meio da Ata de Registro de Preço (ARP), que garante o fornecimento dos equipamentos, conforme limite orçamentário e necessidade da Instituição, sem a obrigatoriedade de compra.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades de equipamentos e materiais a serem adquiridas foram estimadas com base nas aquisições anteriores realizadas por meio de Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, bem como na necessidade de equipar e manter os novos laboratórios. A estimativa também considera o apoio no desenvolvimento das atividades de produção e beneficiamento do leite, do

manejo dos animais, do preparo de solo, do cultivos de forrageiras e na produção de silagem, contemplando plenamente as ações educacionais de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica. Dessa forma, visa-se garantir a manutenção e dar melhores condições de funcionamento dos Laboratórios Educativos de Produção Animal, Vegetal e Agroindustrial, além do Centro de Referência em Agroecologia, todos localizados no IFAM – Campus Manaus Zona Leste, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Item, discriminação, cat/mat, unidade de medida, quantidade (QTD), valor unitário e valor total.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Balança Precisão Capacidade Máxima: 4.200 G, Resolução: 0,01 G, Tipo Pannel: Visor De Lcd com Retro-Iluminação, Características Adicionais: Semi-Analítica, Prato: 170 X180 Mm	439723	UNIDADE	1		
2	Banho maria ajuste: ajuste digital com painel de controle, volume: cerca de 15 l, componentes: com tampa cônica, temperatura: até 150 °c, adicional: com agitação de água	414528	UNIDADE	1		
3	Moinho de Café, Pimenta E Semelhantes Material: Aço Inox, Tipo: Elétrico, Alimentação: 220 V, Acessórios: Discos De Corte, Referência Fabricante: Manupa, Leogap, Carmomaq, Características Adicionais: Para Café Gourmet, 9 Graus De Granulometria	603238	UNIDADE	1		
4	Moinho Material Gabinete: Aço, Material Tampa: Ferro Fundido E Aço Inox Aisi 304, Tipo: Faca, Componentes: 4 Facas Móveis E 4 Fixas, Voltagem: 220 V, Potência: 750 W, Potência Motor: 1 CV, Rotação: 1.700 RPM, Características Adicionais: Sistema De Segurança	477114	UNIDADE	1		
	Moedor De Carne Industrial Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Bandeja: Aço Inoxidável,					

5	Características Adicionais: 220 Volts, Boca 22, Capacidade Moagem: 300 KG/H, Potência Motor: 1,25 H	451437	UNIDADE	1		
6	Torrador Aplicação: Café, Tipo: Elétrico, Alimentação: 220 V, Capacidade De Torração: 10 K	601977	UNIDADE	1		
7	Refrigerador Doméstico Capacidade: 300 L, Voltagem: 110 V, Características Adicionais: Frost Free, Controle Temperatura, Gaveta Transparente, Capacidade Congelador: 47 L, Cor: Branca, Tipo: Vertical / O1 Porta	399567	UNIDADE	3		
8	Freezer Tipo: Horizontal, Capacidade: 477 L, Quantidade Tampas: 2 UN, Cor: Branca, Tensão Alimentação: 110	439310	UNIDADE	2		
9	Paquímetro Digital Material: Aço Inoxidável Temperado Alta Resistência, Resolução: 0,01 MM, Alimentação: Bateria V, Capacidade: 300 MM, Características Adicionais: Função Bateria Baixa Carga, Funções: Conversão De Unidades De Medida Mm/Pol	602052	UNIDADE	2		
10	Tosquiadeira para corte de pelos de Ovelhas, máquina para carneiro Ovino Dorper, elétrica 110v, potência mínima de 850 W, com lâmina de 13 dentes, incluindo chave de fenda, escovas de carvão e escovas de limpeza. Referência: marca Entemah.	474829	UNIDADE	1		
11	Cocho comedouro/bebedouro de plástico para animais como bovinos, capacidade de 125 Lts, com polietileno de media densidade. Com proteção UV, produto para ser expostos ao sol e ao tempo sem risco de rachaduras ou contaminação dos alimentos dos animais. Com capacidade de 125 litros e pesando apenas 6 kg.	349239	UNIDADE	4		

	Comprimento: 129 cm (1290 mm); Largura: 68 cm (680 mm); Altura: 26 cm (260 mm), na cor preta ou azul. Referência: marca IW8.					
12	Dobradiça tipo ferradura para porteira 138mm, Nº 0, Aço Carbono, com comprimento de 138 mm e largura de 65 mm. Peso máximo suportado: 100 kg; cor azul. Kit com 01 par. Referência: marca Tarza ou Bufalo	213477	UNIDADE	20		
13	Dobradiça tipo ferradura para porteira, com diâmetro do copo de 108mm, Nº 3, Aço Carbono, com comprimento de 26 cm, largura de 10 cm, espessura 1,7 mm. Peso máximo suportado: 400 kg; cor azul. Kit com 01 par. Referência: marca Tarza ou Bufalo	213471	UNIDADE	20		
14	Piso em borracha moeda, piso proteção pvc vinílico, emborrachado, sintético, reciclado, reciclável, puro, com comprimento de 10 m, largura 100 cm, espessura de 3 mm, fornecido em rolo. Referência: superior ou equivalente a marca São Miguel Borrachas	602274	UNIDADE	5		
15	Aplicador Veterinário Oral Fluxo Contínuo, com dosagem de 1 a 15ml, ponteira de 10 cm em metal, com mangueira, borracha suplementar, rosca para acoplar frasco e mangueira. Equipamento em policarbonato, muito resistente. Referência: marca Simcro	466536	UNIDADE	2		
	Máquina destinada a ensacar e compactar silagem a gasolina, para ser usada em silagem verde ou curtida, com máquina a gasolina pura, sem óleo 2 tempos, capacidade de produzir até 180 sacos hora, produção de até 8 toneladas por hora, com regulagem de peso compactação para sacos de 20 a 40 kg de 200 micras,					

16	<p>retangulares com dimensão de 51x110cm. A máquina deve obedecer às normas nacionais e internacionais de segurança oferecendo extrema qualidade e segurança para seus usuários, com garantia de tecnologia em evolução, peças de qualidade, alta durabilidade, suporte técnico e satisfação. Indicada para uso no ensacamento e compactação de silagem de milho, capiaçu, mombaça, sorgo, cevada, resíduos de indústria, grão reidratado, serragem, esterco, grãos e muito mais. Garantia de fábrica de 1 ano na máquina. Garantia do motor pelo fabricante: 6 meses. MOTOR equivalente ou superior ao 6,5 HP Buffalo – Gasolina; RPM Motor: 1800; Rpm roscas: 270, Helicoidais: aço SAE1045; diâmetro 135mm; bordas reforçadas; balanceamento a laser, Chapas corpo: aço SAE1045 2.2 mm ou melhor; Estrutura: monobloco; Transmissão: engrenagens aço SAE 1045, garantia 5 anos; Consumo médio: 450 ml/hr; Capacidade do funil: 0,20 m³; Capacidade de prensagem: 392N (regulável); Produtividade: 90 a 180 sacos/h; Autonomia: 8 horas; Tempo de enchimento: 6 segundos.</p> <p>Referência: Ensacadora de silagem MG35GO Gasolina – Silare.</p>	613996	UNIDADE	1		
17	<p>ENSILADEIRA para triturar capim com sistema de transmissão do rotor para os rolos por engrenagens. Com cinco opções de corte: 4, 6, 8, 16 e 22 mm, obtidos com a simples troca de duas engrenagens. Com bica giratória (360°) que facilita a operação. Para picar cana, capim, sorgo, milho e todas as demais espécies forrageiras com precisão e uniformidade de corte. Ideal para encher silos e para o trato diário de animais. Com acessórios para</p>	292628	UNIDADE	1		

	<p>acionamento por motores elétricos. ACOPLADA COM BASE e MOTOR ELÉTRICO de 10CV Trifásico IV polos 220/380V. Dados Técnicos: Produção: 2500 a 11500 Kg/h;</p> <p>Rotação do rotor: 1600 rpm; Peças de reposição e assistência técnica na cidade de Manaus/AM;</p> <p>Referência: modelo da Ensiladeira Nogueira EN-12B.</p>					
18	<p>Plantadeira/adubadeira de linha, hidráulica, para as seguintes especificações técnicas: 03/04 linhas; chassi de 3600mm; espaçamento mínimo de 450mm e máximo de 1050mm; peso total de 684kg e potência do motor de 70 cv. Projetada para plantio convencional de milho, soja, arroz, feijão, sorgo e outras culturas. Com depósito de adubo com capacidade de 50 kg e depósito com capacidade de 34 litros de sementes. Com o dimensionamento adequado de seus componentes para permitir aliar alta resistência, melhor acompanhamento do per-fil do terreno e maior precisão na distribuição de adubo e sementes. Distribuição de adubo através de Condutores Helicoidais (Sem-Fim). Com revestimento interno de PVC. Maior uniformidade no plantio. Discos horizontais perfurados para diferentes culturas e tamanhos de grãos. Discos de semente fornecidos por linha: 01 para milho, 01 para soja e 01 cego. Com componentes adequados para cada necessidade, tais como: disco duplo 13" x 13" ou haste sulcadora para o adubo; roda de sustentação de ferro ou de borracha; roda compactadora de ferro ou de borracha; discos cobridores ou hastes cobridoras; transmissão com corrente de rolos – industrial; ajuste da pressão das linhas sobre o solo; sistemas de adubo montados no chassi; diversas</p>	472281	UNIDADE	1		

	combinações de rodas dentadas para regulagem da quantidade desejada de adubo e sementes; marcadores de linha de fácil manuseio, com ou sem alavanca; depósitos de polietileno, resistentes à corrosão. Referência: modelo Plantadeira Adubadeira T2SI – Tatu Marchesan.					
19	Piso para maternidade de suínos, de material plástico resistente PP (polipropileno), prático, higiênico e de fácil montagem nas maternidades de suínos. Medidas dos furos: 9mm x 80mm; Dimensões externas: 600mm x 300mm x 44mm; Cubagem: 0,00792 m³/unidade (pacote com 07 peças). Peso 1,730kg. Cor: Verde. Embalagem com 07 peças. Referência: Equivalente ou de melhor qualidade ao modelo de piso para maternidade para suínos da Pisani Soluções em Plásticos.	474948	UNIDADE	3		
20	Piso plástico 50 cm x 50 cm x 05 cm, indicado para suínos. Características técnicas: Material Polietileno de alta densidade; Cor: Preta; Capacidade: 20 ton/m²; Altura: 05 cm; Largura: 50 cm; Comprimento: 50 cm; Capacidade de peso mínimo: 1.500 kg; Garantia: 3 Meses; Embalagem com kit contendo 15 pisos de 50 cm x 50 cm x 05 cm. Referência: equivalente ou de melhor qualidade ao Piso plástico suíno da marca LAR PLASTICOS.	601988	UNIDADE	3		
	Vagão Forrageiro para transporte de forragens e trato diário com capacidade para 9m³, acionamento tratorizado, equipado com esteira transportadora metálica com funcionamento por correntes em aço especial e assoalho removível em madeira naval tratada, arrastadores transversais desmontáveis, eixos					

21	<p>desemboladores, porta traseira, cabeçalho desmontável, macaco articulável, HydraFeeder com acionamento hidráulico (opcional), transmissão com blindagem completa, transmissão por cardan, descarga reversível, ajuste de altura de descarga, compartilhamento do sistema de acionamento do desembolador superior, desembolador, rosca sem fim para descarga dianteira, esteira para pré-secados (opcional), sistema de segurança com pinos fusíveis para proteção do sistema de transmissão, conjunto rodado em TANDEM, rodas e pneus agrícolas 10,5 x 65 x 16, rotação requerida na TDP de 540 RPM e potência requerida a partir de 50 cv na TDP. Características técnicas: capacidade de carga: 9 m3; tempo descarga traseira: 2,0 min; traseira; tempo descarga lateral: 2,5 m3 /min; rotação na tomada de força: 540 rpm; potência mínima para acionamento TDP: 55 vc; altura de descarga: 750 mm; capacidade de carga do dosador: 700 litros; comprimento total: 6.880 mm; comprimento da caçamba: 4.250 mm; largura total: 2.500 mm; altura: 2.580; peso sem dosador: 2.200 kg; peso com dosador: 2.494 kg; pneus: 10,5 x 65 x 16; capacidade aprox. de peso com silagem: 3.600 kg; sistema de rodado: tanden. Referência: Equivalente ou de melhor qualidade ao modelo VFN 9000 da marca Nogueira.</p>	626364	UNIDADE	1		
	<p>Ensiladeira/forrageira com kit plataforma total incluso para colheita de forragens para produção de silagem em tratores acima de 85 cv: com transmissão caixa cardan; comando hidráulico completo; facilidade de manuseio de bica; sistemas de afiação de facas redondo que numa operação simples e segura, afia todo o conjunto rapidamente de forma segura e uniforme; com bica de</p>					

22	saída em aço carbono e design moderno que ajuda no lançamento do produto; - Potente rotor com 14 facas retas e 14 lançadores garantindo uma excelente uniformidade de corte e ótimo lançamento na caçamba do caminhão evitando perdas. Características Técnicas: Produção (t/n) de até 38; Tamanho de picado de 18 (2,5 a 18 mm); Número de rotores: 1; Número de facas: 14; Acionamento: Tratorizado; Potência na TDP (cv): 85 a 125 cv; Sistema quebra jato: hidráulico total Sistema quebra grãos: sim de série Transmissão: Cardan; Kit plataforma Total incluso; Peso aproximado: 1050 kg; Espaçamento / nº de Linhas 45 /70/80cm Referência: Equivalente ou de melhor qualidade ao modelo FTN 1000 Super da marca Nogueira.	610075	UNIDADE	1		
23	Leiteira, Galão Vasilhame de Leite, para armazenar e transportar líquidos, com capacidade de 30 Litros. Fabricado em plástico resistente e com tampa para manter o conteúdo seguro. Referência: modelo VAS-30L da marca Injesul.	374575	UNIDADE	4		
	Ordeneira Móvel com Motor elétrico de 1CV e para ser ligado em 220V, com 02 Conjuntos de ordenha e portátil, com carrinho da ordenha com material reforçado, com rodas com pneu e câmara. A ordeneira deve ser de material resistente, compacta, leve, fácil de movimentar, com garantia de reposição fácil reposição de peças, com bomba a vácuo Triunfo, motor elétrico Eberle, pulsadores e coletores Gimenez, latão (tarro) Milkan. Especificação técnica: Capacidade de volume de 300 L; Comprimento de 60 cm; largura de 40 cm; Altura de 90 cm; Peso de 35 kg; Potência de 01 HP; quantidade de 02 tarros; alimentação elétrica.					

24	<p>Componentes que fazem parte da ordenhadeira, Unidade de Vácuo: 1 Protetor de correia; 1 Bomba de vácuo de Vácuo 300; 1 Lubrificador de óleo; 1 Escapamento com Válvula contragolpe; Polias para a Bomba e Motor; 1 Correia; 1 Regulador de Vácuo tipo Mola; 1 Vacuômetro e Adaptador; 1 Motor de Eberle Mercosul ou Nova Motores de 1cv; 01 Carrinho com deposito de vácuo e 2 rodas com pneu e câmara. Cada conjunto de ordenha deve ser composto por: 01 unidade Coletor em Inox Gimenez; 01 unidade Pulsador Nacional Gimenez; 01 unidade Tampa do Tarro com 1 ou 2 saídas ou cega; 01 unidade Mangueira do Leite com 2,10 m atóxica; 01 unidade Mangueira Dupla de Pulsação Transparente com 2,10 m; 01 unidade Mangueira Grossa; 01 jogo Insuflador Nacional; 01 jogo de Capas dos insufladores inteiras em Inox; 01 unidades Distribuidor de Pulsação; 01 tarro de 40 litros; Peças para encaixe do pulsador; Principais componentes de ordenhadeira: regulador de vácuo mola plástico gmz rosca ¾; adaptador para vacuômetro 14 para 1/2 top 100; reservatório óleo queimado para bomba de vácuo; válvula do dreno tipo prime / mfb; lubrificador completo tfo gota; silencioso para bomba de vácuo; carrinho de vácuo ordefacil; plug tomada 10a com terra; chave liga e desliga; torneira de passagem 1m; bomba de vácuo 300l 12 pes Triunfo de 100; vacuômetro 10kva seco; motor 1cv monofásico baixa rotação aberto; Unidade de Ordenha: coletor 450ml com saída 10mm Premiun; pulsador GMZ; tampa do Tarro com 1 ou 2 saídas ou cega; mangueira do Leite com 2,10m; Mangueira Dupla de Pulsação Transparente com 2,10m; Mangueira Grossa de Pulsação com 2,10m; Insuflador Nacional; Capas dos insufladores inteiras em Inox; Distribuidor de Pulsação;</p>	602272	UNIDADE	1		
----	--	--------	---------	---	--	--

	Peças para encaixe do pulsador. A ordenhadeira deve ser entregue embalada, montada e testada. Garantia mínima do motor elétrico e da bomba de 12 meses e das demais peças de 90 dias. Referência: modelo Carrelo BV300 2 Conjunto da marca Ordeleite.					
25	Aquecedor Elétrico para aves e suínos Resistência de alta eficiência para aquecimento. Soquete, Lâmpada 127V, potência de 400W, com resistência em aço inoxidável, resistente a corrosão e ao desgaste. Área de irradiação de 1 m ² e dimensões de 12 cm de altura e 8,5 cm de diâmetro. Soquete E27. Referência: equivalente ou de melhor qualidade a marca FullCenter.	250020	UNIDADE	3		
26	Classificadora e separadora manual de ovos, com capacidade até 84 ovos por vez, em 4 tamanhos diferentes. Furação com diâmetro uniforme, 45,0 / 42,5 / 40,0 / 37,5 mm, alça para transporte, produzida em madeira. Dimensões: 70x41,5 cm, com dobradiça de aço galvanizado. Garantia mínima de 3 meses. Referência: equivalente ou de melhor qualidade a marca Guileo, modelo GL84.	447119	UNIDADE	1		
27	Kit Mastite com caneca de fundo preto de 500 ml, frasco de solução CMT de 500 ml e placa vaca leiteira (raquete walmur). Formula do produto solução CMT: Cada 100 mL do produto Solução CMT contém: Violeta de Bromocresol 0,02g Veículo q.s.p.100,00mL Referência: marca CMT.	411588	UNIDADE	4		
	Jogo de 02 seringas para aplicação intradérmica de tuberculina bovina e aviária + Cutímetro com contador de giro, tipo relógio, para exame de					

28	tuberculose bovina. Equipamento veterinário de altíssima qualidade e precisão para uso em teste/exame de tuberculina em bovinos. Referência: KIT MASTER Jogo de 02 Seringas McIntock + Cutímetro SUPRIVET	627241	UNIDADE	2		
29	Refrigerador Expositor Tipo: Vertical, Capacidade: 510 L, cor branca. Aplicação: Refrigerar bebidas e alimentos, Características Adicionais: Iluminação Interna com lâmpadas LED, Voltagem: 110 V, termostato para seleção de temperatura, entre 0 e 10°C, porta de vidro duplo antiembaçante com visibilidade clara do interior, prateleiras ajustáveis, gás ecológico e silencioso. Garantia 12 meses. Referência: modelo Refrigerador Expositor Vertical EOS 510 Litros Eco Gelo Branco EEV500B 110V	617469	UNIDADE	2		
30	Pistola automática dosadora 50 ml para vacinação de animais, com as seguintes características: grande durabilidade; de alumínio de alta resistência e latão cromado; ideal para temperaturas extremas; com tubo de vidro temperado esterilizável – evita a contaminação por outros medicamentos; dosador de alta precisão: de 1 a 5 ml, com intervalos de 1 ml; fácil regulação e visualização; encaixe Luer-Lock, de fácil manuseio. Indicado para vacinação contra raiva e para outros medicamentos até 30 ml de	471966	UNIDADE	2		

	dosagem. Desenho ergométrico: empunhadura anatômica, que proporciona o máximo conforto nas aplicações em grandes rebanhos. Referência: fabricante Höppner.					
31	Alicate aplicador de brincos bovinos, ovinos, suínos, em liga de alumínio, mola de aço carbono zincado, molas menores e prendedor em aço inoxidável, comprimento de 25 cm e 12 cm de altura, peso de 0,29 g, reutilizável, não tóxico e de alta durabilidade. Agulha inclusa já montada no aplicador e agulha extra. Trava para guardar o alicate fechado e destravamento automático. Referência: modelo universal da fabricante Primaza.	327187	UNIDADE	2		
32	Lavadora de alta pressão, devendo ser robusta, com materiais de alta qualidade, excelente para uso frequente e profissional, para remover sujeiras mais encrustadas, com as seguintes características: tensão nominal de 230 V; absorção de potência de 3,1 kW; 01 fase, 2.800 rotação/min; peso do dispositivo sem cabo de 36 kg; tanque translúcido de óleo; clip para armazenagem do cabo de energia; sistema de dosagem de detergente; suporte para a pistola; Referência: modelo Lavadora de alta pressão RE 232 da marca STIHL	617849	UNIDADE	2		
	Tratorito monocultivador à gasolina, com potência de 6,59 hp, partida manual, 3.600 rpm, 85 kg, 02 velocidades dianteiras e 01 velocidade reversa, largura de trabalho de 800 mm e profundidade de 150 mm x 300 mm, com 24 lâminas e par de rodas/pneus de 8". ESPECIFICAÇÕES: Ignição: tci; Roda aro: 8"; Pneus: 4,00x8; Cilindrada: 196cm³; Rotação máxima: 3600rpm; Taxa de Compressão: 8.5:1; Capacidade do					

33	<p>tanque: 3,6 litros; Torque: 11,5 Nm a 2500rpm; Consumo Médio: 2,3 litros por hora; Capacidade de óleo do motor: 600mls (sae 20w50); Capacidade de óleo de transmissão: 1300ml (sae 90); Motor: monocilindro, 4 tempos, refrigerado a ar, 6,5hp; CAPACIDADE DE CORTE: Largura: 800mm; Profundidade: 150 a 300mm; DIMENSÕES DA EMBALAGEM: Peso: 85kg; Altura: 78cm; Largura: 41cm; Comprimento: 86cm; DIMENSÕES MONTADO: Peso: 85kg; Altura: 120cm; Largura: 80cm; Comprimento: 150cm; ACOMPANHA: Discos laterais; Manual de instruções; Motocultivador semi montado; Par de rodas/pneus de 8 polegadas; Par de enxadas rotativas 12 lâminas cada; Referência: modelo BTTG6.5 da marca Branco.</p>	613439	UNIDADE	1		
	<p>Balança para pesagem de caprinos e suínos, com gradil aberto, com capacidade nominal de 300 kg, de com estrutura de aço inoxidável, temperatura de trabalho de -10⁰ a 45⁰ C, grau de proteção de IP50 totalmente eletrônica com indicador digital, dedicado à pesagem de animais com capacidades e tamanho de acordo com suas necessidades, construída com um sistema de medida de massa com quatro células de carga, com correção de ajuste de cantos, através de um sistema eletrônico, capacidade de sobrecarga máxima de 150% da carga nominal. Seu módulo indicador pode ser instalado em redes ou sistemas, via portas de comunicação RS232, RS422, RS485, Ethernet ou via rádio, conforme sua necessidade, podendo ser conectado diretamente a impressoras, possui sistema de estabilização das oscilações devido ao movimento do animal, via filtros e configurações</p>					

34	<p>de software. Dimensões de gaiola /gradil, capacidade e divisão: Altura de 110 cm; Largura de 100 cm; Comprimento de 130 cm; Capacidade de 300 kg; Divisão de 50 gramas; Características técnicas: Conjunto rígido de gaiola com 4 células de carga e indicador; Indicador digital pode ser fornecido com LD1050 inox, de pesagem e instalação fácil e impressora via bluetooth, com display de LED ou de cristal líquido (LCD), com seis dígitos, 10.000 divisões configuráveis, de baixo custo, com estrutura em aço inoxidável, podendo tanto operar com células de medição, como em redes, em sistemas supervisórios ou sistemas comerciais; Gaiola de contenção do animal fornecido em Inoxidável; Facilidade de instalação e operação e locomoção; Permite a instalação em qualquer local para pesagem; Simplicidade, robustez e baixo custo de manutenção; Assistência técnica em todo o Brasil. Garantia mínima do fabricante de 03 meses.</p> <p>Referência: modelo B 650/G com gradil aberto e capacidade de 300kg da marca Lider Balanças.</p>	317176	UNIDADE	1		
35	<p>Tronco de contenção para bovinos com balança eletrônica e com sistema de 1 operador. Produzido em aço carbono com chassis monobloco todo soldado com tubos de 80 por 60; medidas aproximadas do equipamento: Comprimento total: 3,80 m; Altura total: 3,00 m; Largura: 2,25 m; Abertura inferior: 0,50 m; Abertura superior: 0,92 m; Pintura eletrostática; Sistema de contenção por pistão ou melhor; com 2 Pescoçadeiras emborrachadas (Kit alongador de pescoço); Piso emborrachado; Portão de um operador; Protetor coiceira rebatível; adequado as normas do trabalhador rural NR12 NR17 e NR31. Com entrega e montagem</p>	604843	UNIDADE	1		

	no Laboratório Educativo de Produção Animal do IFAM, campus Manaus Zona Leste. Referência: Tronco Zebu modelo Prime Livestock ou da Açores modelo Revolution LM.					
36	Balcão Frigorífico Material Estrutura: Aço, Acabamento Superficial: Chapa Metálica Pintada, Temperatura Trabalho: 0 A 7 °C, Tipo Prateleiras: Duas Placas Frias, Largura: 64 CM, Tensão Alimentação: 127 V, Comprimento: 100 CM, Altura: 100 CM, Características Adicionais: dois vidros frontais, tampo e saia em aço inox	602030	UNIDADE	1		
37	Processador Alimentos Material Corpo: Aço Inoxidável, Cor: Preta, Função Disco: Mixer/Misturador, Tensão: 127	614612	UNIDADE	2		
38	Medidor multiparâmetro de água: pH, oxigênio dissolvido, temperatura, condutividade elétrica, sólidos totais, amônia, nitrito, fósforo, ortofosfato, alimentação: a pilha; à prova d'água; calibração automática em múltiplos pontos.	629384	UNIDADE	2		
TOTAL						

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$):

A estimativa do valor estimado da contratação R\$.

Para a estimativas dos preços de referência, foram utilizados os parâmetros previsto no artigo 5º, inciso I da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. Para fins de determinação dos preços para a aquisição de equipamentos e materiais, para realização de atividades educacionais de ensino, pesquisas, extensão e inovação tecnológica e para manutenção dos Laboratórios Educativos de Produção Animal, Vegetal e Agroindustrial e do Centro de Referência em Agroecologia, localizados no IFAM - Campus Manaus Zona Leste, foram obtidas amostras com dados que se apresentaram heterogêneos tanto em termos de valores como de especificações técnicas e de vulto,

dos quais se fez uma análise crítica de modo a assegurar uma amostra consistente para o cálculo do preço de referência de cada item apresentado na Tabela 1, resguardando uma faixa de preços

adequada à realidade logística do IFAM-Campus Manaus Zona Leste, como também um nível aceitável de semelhança com os bens objeto da contratação, seja de natureza técnica ou de vulto, em atendimento ao disposto no artigo 6º da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

As contratações que foram tomadas como base para as amostras no painel de preço, originaram-se das diversas regiões brasileira, considerando que o município de MANAUS está em uma localidade, com realidade logística diferenciada que faz com que os custos aumentem para fornecimento de equipamentos e materiais para realização de atividades educacionais de ensino, pesquisas, extensão e inovação tecnológica e para manutenção dos Laboratórios Educativos de Produção Animal, Vegetal e Agroindustrial e do Centro de Referência em Agroecologia, localizados no IFAM - Campus Manaus Zona Leste.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A presente aquisição, como solução admite o parcelamento do objeto por item. Não é possível exigir que as empresas participantes da licitação forneçam todos os itens demandados; ao parcelar a aquisição é permitida a concorrência mais ampla e, conseqüentemente, melhor preço para a Administração Pública, haja vista, que não há prejuízo para o conjunto dos itens.

Entretanto, quanto ao número de itens são 38 itens – há o risco de obter um fornecedor diferente para cada item, o que dificulta e exige maior atenção e acompanhamento da aquisição, na medida em que são diversas empresas fornecendo produtos, cada uma em um tempo próprio e com as particularidades de cada processo de aquisição: o recebimento se torna bem mais complexo.

A entrega do objeto será em remessa única, mediante requisição de fornecimento enviado por e-mail pelo setor requisitante, considerando os limites orçamentários, especificação do produto e da necessidade de equipar para oferecer condições para realização de atividades educacionais de ensino, pesquisas, extensão e inovação tecnológica e para manutenção dos Laboratórios Educativos de Produção Animal, Vegetal e Agroindustrial e do Centro de Referência em Agroecologia, localizados no IFAM - Campus Manaus Zona Leste.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O objeto requerido pretende dar condições e garantir o funcionamento dos Núcleos dos Laboratórios Educativos de Produção Animal, Vegetal e Agroindustrial, visando, incentivar e oferecer condições básicas para o desenvolvimento das atividades de produção e beneficiamento do leite, do manejo dos animais, do preparo de solo, do cultivos de forrageiras, cultivo e beneficiamento do café, produção de silagem e processamento de alimentos de origem animal e vegetal, contemplando plenamente as ações educacionais de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica. Dessa forma, visa-se garantir a manutenção e dar melhores condições de funcionamento dos Laboratórios Educativos de Produção Animal, Vegetal e Agroindustrial, além do Centro de Referência em Agroecologia, todos localizados no IFAM – Campus Manaus Zona Leste, assim como, na execução programas de pedagógico-produtivos, sendo interdependente de outros serviços ou fornecimentos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico do IFAM CMZL, bem como no PAC /PGC 2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com esta aquisição, espera-se dar as condições necessárias e incentivar o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica e manter os Laboratórios Educativos de Produção Animal, Vegetal e Agroindustrial e do Centro de Referência em Agroecologia, localizados no IFAM - Campus Manaus Zona Leste, assim como, proporcionar a execução de programas pedagógico-produtivos, possibilitando a oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com vistas na formação e qualificação de cidadãos para atuação nos

diversos setores da economia e no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

13. Providências a serem Adotadas

Será necessária a realização de poucas adequações pela equipe de artífices do CMZL para acondicionamento dos equipamentos e materiais, mas sem necessidade de grandes intervenções no ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos, uma vez que o Instituto já possui a maioria dos ambientes onde são armazenados os itens do objeto que aqui pretende-se licitar.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há evidências de impactos ambientais resultantes da aquisição pretendida.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas informações contidas neste documento de Estudos Preliminares, a equipe de planejamento, declara que a contratação pleiteada é viável, necessária e adequada para o desenvolvimento das atividades de produção e beneficiamento de leite, manejo dos animais, preparo do solo, cultivo de forrageiras e produção de silagem. A contratação atende plenamente às demandas dos Núcleos dos Laboratórios Educativos de Produção Animal, Vegetal e Agroindustrial e do Centro de Referência em Agroecologia, visando, incentivar e oferecer condições básicas para o desenvolvimento das atividades de produção e beneficiamento do leite, do manejo dos animais, do preparo de solo, do cultivos de forrageiras, cultivo e beneficiamento do café, produção de silagem e processamento de alimentos de origem animal e vegetal, contemplando plenamente as ações educacionais de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica no IFAM – Campus Manaus Zona Leste.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Presidente da Equipe de Planejamento para Aquisição de Ração Animal Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

CHRISTIANO TEIXEIRA DE FIGUEIREDO

Presidente da Comissão de Planejamento

Despacho: Membro da Equipe de Planejamento para Aquisição de Ração Animal Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - CMZL Portaria No 540-GDG/CMZL/IFAM, de 27 de novembro de 2024.

RAIMUNDO RODRIGUES DA SILVA NETO

Membro da Comissão de Planejamento

Despacho: Membro da Equipe de Planejamento para Aquisição de Ração Animal Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - CMZL Portaria No 540-GDG/CMZL/IFAM, de 27 de novembro de 2024.

SHEILA BARROS CABRAL DE ARAUJO

Membro da Comissão de Planejamento

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1. Cotação-resumido-61-2025 19_11_2025.pdf (249.92 KB)
- Anexo II - 2. Nota Técnica Equipamento ABRIL 2026.pdf (401.99 KB)
- Anexo III - 4. MR_158444-000018-2025.pdf (53.48 KB)
- Anexo IV - 5. Termo_de_referência_compras_lei_14-133_Equip. LEPS ABRIL_2026.pdf (1.01 MB)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DIGITAL N° 52/2026 - DAP-CMZL (11.01.15.01.03)

N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Manaus-AM, 27 de Abril de 2026

ETP_158444-000019-2025_ABRIL_2026_1.pdf

Total de páginas do documento original: 22

(Assinado digitalmente em 27/04/2026 15:46)

ANDERSON CARLOS LIMA BENTES

DIRETOR

1800462

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifam.edu.br/documentos/>
informando seu número: **52**, ano: **2026**, tipo: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DIGITAL**, data
de Assinatura: **27/04/2026** e o código de verificação: **2442bb0981**



MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00000/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9000X/2026 (SRP) Processo Administrativo N.º 23857.000196/2025-23

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS CAMPUS MANAUS ZONA LESTE, por meio da Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 248-GDG/CMZL/IFAM de 10/06/2024, com sede na Avenida Cosme Ferreira, 8045, bairro Gilberto Mestrinho, na cidade de Manaus/AM, CEP. 69.086-475, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.792.928/0004-52, neste ato representado(a) pelo(a) Diretor Geral, DAVID WASHINGTON FREITAS LIMA, nomeado pela Portaria nº 1.113 –GR/IFAM de 22 de junho de 2023, publicada no DOU de 26 de junho de 2023, portador da matrícula funcional nº 2124618, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº xxxxx/xxxxx, publicada no DOU de 04/09/2025, processo administrativo n.º xxxxxxxxxxxxxxxx, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de *[objeto]*, especificado(s) no(s) item(ns) *XX* do Termo de Referência, anexo *XX* do *[edital de licitação]* OU *[aviso da contratação direta]* n.º *xxxx/xxxx*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM Campus Manaus Zona Leste.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS *(item obrigatório)*

4.1. *Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.*

OU



4.2. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

4.2.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

4.2.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

4.2.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.3. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

4.3.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.4. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.5. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.6. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

4.7. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.8. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.9. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.10. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.*



5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, **podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.**

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, **[poderá] OU [não poderá] ser renovado o quantitativo originalmente registrado.**

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no **edital** e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no **edital**; e



5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **edital**, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;



6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço



registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.



9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em **02** (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes **e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)**.



Manaus, xx de xxx de 2026

DAVID WASHINGTON FREITAS LIMA,
Diretor Geral do IFAM – Campus Manaus Zona Leste
Portaria Nº 1.113-GR/IFAM, de 22/06/2023



Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade